

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251-115- 517844 / 5182523
Website: www.au.int

PA22350 – 144/144/22/10

CONSELHO EXECUTIVO
Trigésima Terceira Sessão Ordinária
25 - 29 de Junho de 2018
Nouakchott, MAURITÂNIA

EX.CL/1082(XXXIII)Rev.1
Original: Inglês

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM ÁFRICA

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM ÁFRICA

INTRODUÇÃO

1. O presente relatório apresenta, de forma abrangente, um panorama da situação humanitária no continente causada por conflitos armados, secas, desastres naturais e efeitos das mudanças climáticas. O mesmo faz referência, com especial atenção, às tendências de deslocamento interno e influxo de refugiados, às necessidades de salvamento de vidas das populações afectadas, e a procura de soluções duradouras. Igualmente, o relatório apresenta as actividades realizadas pela Comissão durante o período compreendido entre Janeiro a Julho de 2018, com vista a abordar as causas profundas, apoiar às soluções duradouras para situações humanitárias prolongadas, combater às crises humanitárias e prestar assistência necessária aos Estados-membros a nível do continente. Ademais, destaca algumas das actividades preparatórias que estão a ser levadas a cabo com vista à apoiar a implementação da decisão da Conferência de designar o ano de 2019 como o ano de refugiados, deslocados internos e repatriados rumo às soluções duradouras.

2. A informação contida no relatório foi obtida a partir das contribuições dos Estados-membros da União Africana, Órgãos da UA, Comunidades Económicas Regionais e Agências Humanitárias da ONU.

PANORAMA GERAL DA SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM ÁFRICA

3. A situação humanitária no continente em 2018 foi marcada por factores estruturais, incluindo conflitos, instabilidade política e insegurança, calamidades naturais, terrorismo, extremismo violento e acesso limitado aos recursos, bem como desafios ligados à boa governação e democratização. Durante o período em referência, os efeitos dos conflitos não resolvidos, bem como da lagarta do cartucho ou lagarta militar (*Spodoptera frugiperda*), calamidades naturais, mudanças climáticas e o surto do ébola afectaram um consideravelmente a população em muitas partes do continente. Em algumas áreas, a ausência de precipitação devido às estações chuvosas que não se verificaram em períodos prolongados consecutivos abalaram os meios de subsistência das comunidades, particularmente nas zonas fronteiriças. As populações, especialmente jovens, estão a migrar a busca de melhores condições de vida, muitas vezes se submetendo às viagens perigosas. Refugiados, deslocados internos, migrantes e repatriados frequentemente se encontram em situações precárias e, por conseguinte, necessitando de protecção.

4. Situações prolongadas de crises degradaram a capacidade de subsistência e a resiliência das populações afectadas bem como das comunidades de acolhimento. O forte aparato de segurança que é montado nas zonas fronteiriças reduz o acesso à terra e aos recursos, bem como limitam a liberdade de circulação de pastores, pescadores e comerciante. Em muitas regiões, grupos terroristas protagonizar ataques

contra agentes humanitários, agentes de manutenção da paz, campos de refugiados e deslocados internos. Este fenómeno impõem restrições e limita o acesso humanitário.

5. A maioria dos países africanos que acolhem refugiados continua a suportar um grande fardo e está a demonstrar solidariedade aos refugiados. Neste contexto, vários Estados-membros da União Africana puseram em prática políticas progressivas no âmbito da implementação do Quadro de Resposta Abrangente aos Refugiados (CRRF). Estas políticas criaram oportunidades para a inclusão social de refugiados em programas e planos nacionais. Por conseguinte, As perspectivas de um Pacto Global universal e abrangente sobre refugiados e migrantes oferecem oportunidades para apoiar soluções duradouras. Importa salientar que os Grupos Africanos respectivamente em Nova Iorque e Genebra participam de forma activa e regular em negociação relativas aos dois pactos, e a Comissão apoia estas iniciativas.

6. Ao mesmo tempo, os países que se encontram em situação de conflitos activos registraram regressos de refugiados e deslocados internos. Na Líbia, os esforços do Grupo de Trabalho Tripartido estão a produzir o resultado desejado, pois registou-se um número considerável regressos desde a sua inauguração. Além disso, a ameaça de deportação e detenção de milhares de africanos, incluindo principalmente eritreus e sudaneses de Israel, expôs muitos deles a necessidades de protecção significativas.

ANÁLISE REGIONAL

REGIÃO DA ÁFRICA DO NORTE

Líbia

7. A Líbia continua a enfrentar uma crise económica, política e de segurança prolongada que afectou negativamente a subsistência de muitos dos seus cidadãos, causou o deslocamento de centenas de civis e colocou migrantes e refugiados de outras partes da África em situação de risco grave. Ademais, a situação humanitária é agravada ainda mais pelas administrações rivais e pelo acesso limitado aos serviços sociais por parte dos cidadãos líbios.¹

8. Os trabalhadores humanitários registaram cerca de 217 mil deslocados internos no país e 51.527 requerentes de asilo e refugiados.² Uma Missão conjunta de alto nível, realizada em Fevereiro de 2018, revelou que muitos refugiados e requerentes de asilo são alvo de detenção.³ Houve relatos de ataques contra agentes humanitários

¹ Líbia, Plano de Resposta Humanitária, https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/2018_hrp_libya_0.pdf

² Situação da Líbia e do Níger, Abril de 2018, ACNUR.

³ Comunicado de Imprensa Conjunto, Missão de Alto Nível da UA, UE e das Nações Unidas visita Trípoli para reforçar a cooperação em matéria de migração e protecção na Líbia, 23 de Fevereiro de 2019

em vários locais. Houve igualmente relatos de existência de material bélico por explodir (UXO) em 9 das 22 regiões.⁴ De acordo com a Matriz de Rastreamento de Deslocamento da Organização Internacional para Migração (IOM), existem 700.000 migrantes na Líbia. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a OIM, o número de pessoas que atravessam o Mediterrâneo reduziu significativamente nos últimos meses.⁵ Nos primeiros três meses de 2018, registou-se uma redução na ordem de 74% em relação ao número de chegadas em comparação com o mesmo período do ano passado

9. A Líbia reportou o regresso de 278.000 deslocados internos para suas zonas de origem. A União Africana está actualmente a trabalhar com os seus parceiros da ONU e da União Europeia com vista a facilitar o regresso de migrantes encahados e refugiados vulneráveis que se encontram no país. Através do papel facilitador do Grupo de Trabalho sobre a Líbia liderado pela UA, mais de 15.000 migrantes foram voluntariamente repatriados para os seus países de origem. Graças à generosidade e solidariedade demonstradas pelo governo do Níger, 1.342 refugiados também foram evacuados para os centros de acolhimento no Níger. No entanto, os países que se comprometeram a facilitar as “vias de países terceiros” através do reassentamento não cumpriram as suas promessas.

10. Em suma, importa reconhecer e saudar os esforços levados a cabo até agora pelo Governo da Líbia, incluindo a sua colaboração com a Comissão, com vista a resolver a situação dos migrantes africanos que sem encontram no país. Ademais, a Comissão saúda os esforços da Líbia para controlar e encerrar os “centros de acolhimento” sob a sua supervisão e incentiva as autoridades a prosseguirem os seus compromissos.

República Democrática Popular da Argélia

11. A situação de refugiados provenientes da **República Árabe Saharaoui Democrática** na República Democrática Popular da Argélia continua a prolongar-se. Actualmente, mais de 173.600 refugiados do Saara Ocidental vivem em 5 campos principais, nomeadamente em Aaiun, Dajla, Smara, Bojadour e Auserd.⁶ Em 31 de Dezembro de 2017, de acordo com o ACNUR.

12. A mais de 40 anos que os refugiados saharauis vivem sob condições extremamente severas no deserto do Saara, no Sudoeste da Argélia. O Governo da Argélia e dependem da assistência de agências humanitárias da ONU a esses refugiados. É importante notar que as constatações efectuadas pelo ACNUR irão constituir uma ferramenta importante no futuro para determinar a assistência a ser prestada à população refugiada saharai.

⁴ UNMAS Líbia, Setembro de 2017.

⁵ Viagens Desesperadas Janeiro – Março de 2018, ACNUR
<https://data2.unhcr.org/en/documents/details/63039>

⁶ Saara Ocidental, Crescente Vermelha, Janeiro de 2018.

13. À luz do acima exposto, a União Africana apela à comunidade internacional que contribua para a melhoria das condições difíceis e extremamente duras em que esta população se encontra.

REGIÃO DA ÁFRICA CENTRAL

Burundi

14. A crise política no Burundi levou a um deslocamento interno e além-fronteiras. Em Março de 2018, cerca de 431.632 burundeses procuraram refúgio fora do seu país.⁷ Os países vizinhos do Burundi continuam a demonstrar um nível exemplar de solidariedade para com os refugiados do Burundi. A Tanzânia acolhe o maior número Burundeses, com 254.000 refugiados, sendo que 89.000 encontram-se no Ruanda, outros 44.000 na República Democrática do Congo e cerca de 40.000 no Uganda. Outros refugiados, em números menores também encontra-se no Quênia, Zâmbia, Moçambique, Malawi e África do Sul.⁸ No entanto, importa notar que um número considerável de refugiados do Burundi regressou recentemente ao seu país.

15. A resposta humanitária no Burundi é consideravelmente subfinanciada. Segundo o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (OCHA), dos 141,8 milhões de dólares solicitados para fins de apoio humanitário, foram disponibilizados, até o momento, apenas 3,2 milhões (2,3%).⁹ O Governo do Burundi continua a manifestar seu repúdio à projeção do número de pessoas que necessitam de assistência humanitária no país.

República Centro Africana

16. Os conflitos violentos na República Centro-Africana levaram ao deslocamento de centenas de milhares de civis tanto internamente como além das suas fronteiras. Em algumas áreas, a segurança deteriorou-se ainda mais devido a ataques de grupos armados, inclusive contra agentes humanitários. Segundo o ACNUR, há 568.752 refugiados provenientes da República Centro-Africana que se instalaram nos Camarões, República Democrática do Congo, Chade e República do Congo.¹⁰ Existem actualmente no país 687.398 deslocados interno.¹¹

17. A Comissão da União Africana, através da Iniciativa Africana para a Paz e Reconciliação na República Centro-Africana e da Missão da União Africana para a República Centro- Africana (MISAC), está totalmente comprometida com o Governo e com as partes em conflito a fim de encorajá-las a implementar o processo de paz e

⁷ Situação do Burundi, ACNUR, <http://www.unhcr.org/burundi-situation.html>.

⁸ <http://www.unhcr.org/afr/news/briefing/2018/2/5a79676a4/burundi-risks-becoming-forgotten-refugee-crisis-support.html>

⁹ Boletim Humanitário do Burundi, OCHA, <http://www.unocha.org/burundi>.

¹⁰ Relatório do ACNUR sobre o Ponto de Situação na República Centro-Africana, <http://data2.unhcr.org/fr/situations/car>.

¹¹ Painel de Emergência da CAR, Março de 2018,

https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/CAR_Dashboard%20EXT_MAR_2018%20.pdf

facilitar o programa de recuperação. Não obstante os esforços positivos envidados pelo Governo e pelos seus parceiros, as actividades humanitárias no país continuam fortemente subfinanciadas. Tomando em consideração a Conferência de Doadores de Bruxelas sobre a RCA, realizada em Novembro de 2016 e o quadro da Solidariedade Africana sobre a RCA, em Fevereiro de 2017. A Comissão apela a todos os doadores para continuarem a honrar os compromissos assumidos para apoiar os esforços do Governo da CAR, especialmente no que tange ao financiamento do Plano Nacional de Recuperação e Consolidação da Paz na República Centro Africana (RCPCA).

República Democrática do Congo

18. A República Democrática do Congo (RDC) continua a enfrentar uma crise humanitária multidimensional decorrente principalmente dos conflitos, Vírus do Ébola e calamidades naturais que se fazem sentir no país. Este país figura no top da lista de crises de deslocamento no continente. Havia 4,5 milhões de deslocados internos nos finais de 2017. Entre 12 e 19 de Março de 2018, confrontos violentos entre facções Mayi-Mayi e as Forças Armadas da RDC levaram ao deslocamento de mais de 30.000 pessoas.¹² Durante o mesmo mês, ocorreram confrontos entre grupos armados e as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) próximo de Katindia. Em Março, cerca de 14.000 pessoas deslocaram-se devido às fortes chuvas em Bukama, RDC. Muitos dos deslocados permaneceram ao relento, ao passo que alguns foram acolhidos por famílias de acolhimento.¹³ Igualmente, chuvas fortes causaram o deslocamento de pessoas em Kivu do Sul. Apesar da situação se deteriorar progressivamente em algumas áreas, em outras, melhorias na segurança levaram ao regresso de deslocados internos. Neste contexto, 14.000 deslocados regressaram para as suas casas no sudeste de Kipese entre Fevereiro e Março de 2018.¹⁴

19. Os parceiros internacionais da RDC organizaram uma conferência de doadores em 11 de Abril de 2018 em Genebra, Suíça. Citando a falta de coordenação e contestando a estimativa de pessoas que careciam de assistência, o Governo da RDC recusou-se a participar da conferência. A Comissão da UA sempre encorajou os parceiros internacionais a trabalharem com os devidos Estados-membros para coordenar a assistência humanitária nos seus territórios, de acordo com o direito internacional e os instrumentos legais da União Africana.

20. Em 8 de Maio de 2018, o Ministério da Saúde da RDC declarou um surto da doença do vírus do Ébola na Zona de Saúde de Bikoro, Província de Equador. Trata-se do nono surto da doença do vírus do Ébola nas últimas quatro décadas na República Democrática do Congo, tendo a mais recente ocorrido em Maio de 2017. De acordo com dados do Governo da RDC, registaram-se 58 casos, dos quais 27 resultaram em mortes. O Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças destacou 25 epidemiologistas, especialistas em laboratório e antropólogos para apoiar os esforços do Governo visando controlar o surto da doença.

¹² OCHA, 29 de Março de 2018.

¹³ OCHA, 29 de Março de 2018.

¹⁴ OCHA, 26 de Março de 2018.

REGIÃO DO LESTE E DO CORNO DE ÁFRICA

Etiópia

21. De acordo com a Matriz de Rastreamento de Deslocamento (DTM) publicada pela OIM em colaboração com a Comissão Nacional de Gestão de Risco de Calamidades da Etiópia em Março de 2018, existem 1.216.793 etíopes deslocados por conflitos de baixa intensidade. Nos últimos meses, foram anunciadas tensões inter-comunais entre as regiões de Oromia e a região somali da Etiópia. Em 10 de Março de 2018, um confronto violento entre o Exército e os manifestantes levou à morte de civis e ao deslocamento de muitas pessoas. Essa situação levou à fuga de mais de 10 mil requerentes de asilo para o Quênia em Março de 2018.¹⁵ No entanto, cerca de 3000 pessoas da população afectada regressaram voluntariamente. É igualmente importante notar que o governo da Etiópia tomou medidas no sentido de buscar reconciliação no seio das comunidades afectada, o que resultou na paz desejada e no reassentamento das pessoas deslocadas.

22. A Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope elegeu S.E. Dr. Abiy Ahmed como seu presidente. Os recentes acontecimentos políticos no país criaram a esperança de uma necessária de um novo impulso para a reconciliação, abertura política e aumento da resposta humanitária efectiva.

Quênia

23. É importante reconhecer que o Quênia tem tradicionalmente demonstrado uma solidariedade notável com os refugiados. Os choques climáticos, o conflito, a insegurança e a instabilidade política continuam a impulsionar as necessidades humanitárias no Corno de África. O Quênia até 29 de Fevereiro de 2018 acolhia 483.597 refugiados e requerentes de asilo provenientes da Somália, Sudão do Sul, República Democrática do Congo e da Etiópia.¹⁶ Esses refugiados encontram-se em locais de acolhimento em Dadaab, Kakuma e Nairobi. Dos 483.597 refugiados e requerentes de asilo, 276.899 da população deslocada no Quênia são cidadãos provenientes da Somália que buscam refúgio devido à seca, fome, terrorismo e aos conflitos no sul da Somália.¹⁷

24. Em Março de 2018, o Quênia conheceu um fluxo de 10.557 cidadãos/refugiados etíopes que se abrigaram em Moyale, norte do Quênia, devido a tensões políticas e operações de segurança na Etiópia. 80% dos civis/refugiados/requerentes de asilo eram mulheres e crianças, incluindo mulheres grávidas e cerca de 1.500 crianças com

¹⁵ Milhares de pessoas fogem para o Quênia para escapar da violência na Etiópia, 28 de Março de 2018.

¹⁶ <http://www.unhcr.org/ke/wp-content/uploads/sites/2/2018/03/KENYA-Statistics-Package-February-2018-1.pdf>

¹⁷ <http://www.unhcr.org/ke/wp-content/uploads/sites/2/2018/03/Kenya-Infographics-February-2018.pdf>

idade inferior a cinco anos.¹⁸ O ACNUR informou que mais de 3.000 desses civis/refugiados/requerentes de asilo regressaram voluntariamente desde a eleição do novo Primeiro-Ministro da Etiópia.

25. O deslocamento interno no Quênia está associado às cheias e às estações chuvosas que não se verificaram em períodos prolongados consecutivos que afectou inversamente as capacidades de cultivo das comunidades agro-pastoris. O Quênia tem testemunhado um influxo de migração interna e transfronteiriça tradicional devido às mudanças climáticas e às secas periódicas que se fazem sentir no norte do país. Registou-se um deslocamento interno de 40.000 quenianos devido à seca e à insegurança alimentar.¹⁹ 244.400 pessoas foram deslocadas internamente e mais de 80 pessoas foram mortas em consequência das recentes inundações que também afectaram outras partes da África Oriental.²⁰

Tanzânia

26. A Tanzânia subsiste como o país que acolhe o maior número de refugiados provenientes do Burundi na região, sendo que mulheres e crianças representam 78 por cento da população total de refugiados.²¹ Foi reportado que até 21 de Março de 2018, existiam 251.375 refugiados, principalmente provenientes do Burundi²² que fogem da agitação política desde 2015. Em 31 de Janeiro de 2018, foram repatriados 13.868 refugiados do Burundi.²³ Além disso, a Tanzânia registou um afluxo de refugiados provenientes da República Democrática do Congo (RDC) fugindo de recrutamento forçado, violência directa e outros tipos de abusos protagonizados por grupos armados no âmbito das tensões políticas. A Tanzânia enfrenta uma enorme crise humanitária que se deve à instabilidade na RDC e no Burundi. O Governo da Tanzânia e várias organizações humanitárias têm desempenhado um papel fundamental na melhoria do acesso a serviços para os refugiados e requerentes de asilo.

¹⁸<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/UNICEF%20Kenya%20Humanitarian%20Situation%20Report%20-%20March%202018.pdf>

¹⁹ Mais de 20.000 pessoas foram deslocadas pela seca nos municípios de Garissa e Turkana no Quênia entre 1 de Janeiro e 31 de Março. Outras 5.000 pessoas fugiram da violência relacionada ao roubo de gado no município de Baringo durante o mesmo período, e mais de 30.000 quenianos migraram com seu gado para Uganda em busca de água e terras de pasto. Cem pessoas que receberam apoio do ACNUR para regressar a Somália chegaram ao campo de Dadaab, no Quênia, em Março (OCHA, 31 de março de 2017).

<https://reliefweb.int/report/world/internal-displacement-update-issue-14-22-march-5-april-2017>

²⁰ Ficha Informativa da OCHA #2: Cheias no Quênia, 3 de Maio de 2018, <https://reliefweb.int/report/kenya/ocha-flash-update-2-floods-kenya-03-may-2018>.

²¹ <http://www.unhcr.org/news/press/2017/8/599555014/unhcr-tanzania-outline-next-steps-address-refugee-situation.html>

²²<https://data2.unhcr.org/en/situations/burundi>;

<http://www.unhcr.org/news/briefing/2018/2/5a79676a4/burundi-risks-becoming-forgotten-refugee-crisis-support.html>

²³<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/62996.pdf>;

<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VolRep%20of%20Burundian%20Refugees%20from%20Tanzania%20to%20Burundi%20-%20February%202018.pdf>

27. 58% dos refugiados que se encontram na Tanzânia são crianças, das quais 6,4% são desacompanhadas e separadas com a idade inferior a 18 anos. 6% dos refugiados necessitam de apoio adicional devido ao facto de possuírem necessidades especiais.²⁴ Mais de 364.276 pessoas precisam de assistência humanitária na Tanzânia.²⁵

Somália

28. A Somália vive uma crise humanitária há décadas, que se deve fundamentalmente a um conflito prolongado, calamidades naturais e crises económicas. O grupo terrorista Al Shabaab continua a protagonizar ataques contra civis e tropas da Missão da União Africana na Somália. Os atentados terroristas realizados em 14 de Outubro de 2017 foram dirigidos a civis em Mogadíscio e causaram mais de 500 vítimas mortais. O grupo também protagonizou ataques em 23 de Fevereiro de 2018 e 1 de Abril de 2018.

29. A crise humanitária causou tanto o deslocamento interno quanto o deslocamento de populações para outros países. Segundo o ACNUR, o número de refugiados somalis em outros países chegou a 875.939 pessoas em 31 de Janeiro de 2018. Este constitui um testemunho da imensa solidariedade demonstrada pelos países africanos em relação aos refugiados. O Quénia acolhe a maioria dos refugiados provenientes da Somália, 35,8%. O Líbano atrai mais de 29,2% dos refugiados e a Etiópia, 29%. De acordo com a informação actualizada divulgada em 31 de Março de 2018, estima-se em 15.259 pessoas, o número de refugiados registados na Somália, com 14.885 requerentes de asilo registados. Estima-se que 2.1 milhão de pessoas estão internamente deslocadas no país. O país conheceu 1.287 mil novos casos de deslocados em 2017.²⁶

30. Desde a eleição do Presidente Mohamed Abdullahi Mohamed Farmajo, em 8 de Fevereiro de 2017, o país regista progressos consideráveis. As autoridades somalis, com o apoio de organizações humanitárias internacionais e ONGs Nacionais prestam assistência às populações vulneráveis, isto é, asseguram o fornecimento de água potável, desenvolvem as suas capacidades de resiliência e apoiam as comunidades rurais. Além disso, foram realizadas campanhas de imunização. A União Africana, através da AMISOM, desempenha um papel preponderante no fornecimento de segurança a civis e instituições governamentais e está igualmente a levar a cabo um programa de capacitação sobejamente necessário para instituições governamentais.

Sudão

31. O Sudão enfrentou durante anos crises humanitárias causadas principalmente por conflitos internos prolongados que continuam a afectar partes de Darfur, Kordofan e Nilo Azul. Os conflitos, que estão a conhecer uma redução em Darfur, levaram a um

²⁴ <https://data2.unhcr.org/en/documents/download/61371> (57)

²⁵ <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/60116.pdf>

²⁶ Relatório Global sobre Deslocamento Interno, Maio de 2018, p. 17.

deslocamento maciço. Em Dezembro de 2017, o país tinha 2.072.000 deslocados internos.²⁷ O conflito no Sudão do Sul, também forçou milhares de refugiados sul-sudaneses a atravessarem fronteiras para o Sudão em busca de ajuda.

32. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estimou, segundo a última actualização de 18 de Março de 2018, que há pelo menos 767.992 refugiados no Sudão. Por seu turno, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) apresentou números alarmantes segundo os quais existem cerca de 2,2 milhões de pessoas estão deslocadas em 2018. O governo coordena todas as organizações internacionais, nomeadamente o ACNUR, a OIM e o OCHA, e interage directamente com as ONG nacionais para coordenar os seus esforços e fornecer informações sobre movimentos, vulnerabilidades das populações e das comunidades.

Sudão do Sul

33. O conflito no Sudão do Sul dura já há cinco anos. Esta situação levou a uma das piores crises humanitárias já registadas no continente. Além dos conflitos prolongados que provocaram necessidades humanitárias sem precedentes, os civis também estão sujeitos ao ciclo de agravamento da insegurança alimentar e ameaça de fome criadas pelo homem. Segundo o OCHA, mais de dois terços da população enfrenta risco crescente de fome.²⁸ Existem no país 1.899.000 deslocados internos, tendo muitos deles se deslocado várias vezes.²⁹ Vários encontram-se em acampamentos da ONU para Protecção de Civis com movimento restrito. Estima-se que mais de 80% dos deslocados sejam mulheres e crianças. O país também registou ataques contra agentes humanitários, níveis elevados de violência sexual contra deslocados e acesso limitado a serviços sociais.

34. Importa referir que cerca de um terço da população encontra-se numa situação de deslocamento forçado, quer como refugiados quer como deslocados interno. O Uganda acolhe actualmente cerca de 900 mil sul-sudaneses.³⁰ Por seu turno, a Etiópia e o Quénia acolhem um número significativo de refugiados do país. Apesar dos imensos desafios e problemas que o país enfrenta, o Sudão do Sul também acolhe refugiados. Segundo o ACNUR o país acolhe 276.900 refugiados sudaneses.³¹ A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) trabalha com a União Africana e as Nações Unidas com vista a revitalizar o Processo de Paz, no entanto, até agora, o processo não levou a resultados concretos de paz e reconciliação.

REGIÃO DA ÁFRICA OCIDENTAL

²⁷ Relatório Global sobre Deslocamento Interno, Maio de 2018, p. 96.

²⁸ Boletim de Situação Humanitária do Sudão do Sul, Março de 2018, <https://reliefweb.int/report/south-sudan/south-sudan-humanitarian-bulletin-issue-03-23-march-2018>.

²⁹ Relatório Global sobre Deslocamento Interno, Maio de 2018, IDMC, p.96.

³⁰ Operação do ACNUR no Mundo, http://reporting.unhcr.org/node/2553#_ga=2.257254990.430860922.1525015207-589326944.1524832189

³¹ <http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/UNHCR%20Operational%20Update%20Burkina%20Faso%20-%20December%202017%20-%20February%202018.pdf>,

Burkina Faso

35. Burkina Faso acolhe refugiados provenientes do Mali (23,874 pessoas), República Centro Africana (211), Chade (82) Ruanda (24) Congo (27) Burundi (31) República Democrática do Congo (33) Togo (14) e Outros (14). O número total de refugiados no Burkina Faso é de 24.310 pessoas.³² O país está também cada vez mais a se tornar num país de trânsito e de asilo para fluxos migratórios mistos devido às múltiplas ameaças que se fazem sentir na região. De acordo com o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), 15 mil cidadãos burquinabês estão deslocados internamente na província de Soum, e cerca de dois a três mil cidadãos burquinabês fugiram pela fronteira em busca de segurança no vizinho Mali.³³ Os refugiados malianos continuam a se instalar no Burkina Faso, Província de Loroum.

36. As autoridades burquinabês, em colaboração com o ACNUR, oferecem asilo aos refugiados residentes na região do Sahel e àqueles que necessitam de protecção internacional. O Governo, em colaboração com o ACNUR, está a preparar o deslocamento de cerca de 9000 refugiados que vivem nas áreas fora do campo para os campos de Goudoubou e Mentao, zonas que oferecem um ambiente de protecção favorável e acesso a serviços sociais básicos. Igualmente, o governo está actualmente a trabalhar com o ACNUR na implementação de um plano de acção nacional para a erradicação da apatridia até 2024.

Níger

37. O contexto humanitário do Níger é marcado pela frequência e recorrência da insegurança alimentar, deslocamento forçado de populações, epidemias e calamidades naturais, que afectam a populações já é fortemente assolada por um alto nível de pobreza e ausência de resiliência para lidar com as calamidades.

38. O Níger situa-se na África Ocidental numa zona geopoliticamente sensível, ligando o deserto do Saara ao Sahel e a África Central. O país tornou-se num importante centro de movimentos migratórios para o norte, para a Argélia, a Líbia e as margens do Mar Mediterrâneo, com objectivo de atravessar para a Europa. Em Março de 2018, havia 166.232 refugiados provenientes principalmente do Mali, Nigéria e Chade.³⁴

39. O Níger acolhe refugiados do Mali desde a eclosão da crise em 2012 e continua a receber os novos refugiados, apesar da assinatura de um Acordo de Paz em Argel em 2015. A maioria dos refugiados malianos estão localizada em 3 campos na região de Tillabery, outros numa zona de acolhimento de refugiados na região de Tahoua, e o

³² ibid

³³ Situação do Níger-Mali, ACNUR, 30 de Abril 2018, <https://data2.unhcr.org/en/country/ner>

³⁴ ibid

restante em centros urbanos em Niamey e Ayorou. Existem actualmente 57.327 refugiados provenientes do Mali no Níger.³⁵

40. A região de Diffa, no extremo leste do país, constitui a parte mais afectada pelos ataques do Boko Haram, em torno da bacia do Lago Chade. A região acolhe refugiados desde 2013, quando a violência do Boko Haram se intensificou nas regiões do nordeste da Nigéria. Em 2015, os ataques na Nigéria cruzaram a fronteira para o Níger. Existem actualmente mais de 250.000 pessoas deslocadas espalhadas por toda a região, incluindo 108.470 refugiados nigerianos, assim como deslocados internos e repatriados. O ACNUR administra um campo oficial na região que abriga menos de 12.000 refugiados. Alguns destes refugiados optam em continuar em locais espontâneos ou no seio da comunidade local.

41. Neste contexto, os parceiros de desenvolvimento do Níger devem dedicar atenção especial aos quadros estratégicos nacionais existentes, a fim de apoiar a mobilização de recursos necessários para permitir que as autoridades abordem eficazmente as causas da vulnerabilidade do país.

42. Cerca de 300.000 migrantes atravessam o Níger anualmente. O ACNUR estima que até 30% dessas pessoas podem ser potenciais requerentes de asilo que precisam de protecção internacional. Assim, as autoridades do Níger estão a trabalhar em estreita colaboração com o ACNUR com vista a melhorar os procedimentos de reconhecimento do estatuto de refugiados no país, bem como para identificar potenciais requerentes de asilo.

Nigéria

43. A situação de segurança no nordeste da Nigéria continua tensa com registos de ataques protagonizados pelo Boko Haram. Por seu turno, as operações de contra-insurgência dos militares nigerianos registam êxitos consideráveis. Esta situação frágil continua a representar uma ameaça na zona da bacia do Lago Chade. 1,7 Milhão de pessoas permanecem internamente deslocadas devido a factores económicos, sociais, e ambientais.³⁶ No entanto, o Governo Federal da Nigéria, através do seu Plano de Resposta Humanitária abrangente, implementou um mecanismo sólido de resposta à crise humanitária. Com mais de 203.000 refugiados nigerianos em busca de asilo nos Camarões, Níger e Chade. Os militares nigerianos envidam esforços consideráveis no sentido de retomar o controlo do nordeste do país. Contudo, civis na Nigéria, Camarões, Chade e Níger continuam a enfrentar violações dos direitos humanos na região, o que tem causado fluxos de deslocamentos de civis já em situação vulnerável

44. Os países da bacia do Lago Chade foi dramaticamente afectada pela escassez de água, um fator-chave que origina o actual deslocamento. Cerca de 20 milhões de pessoas da Nigéria, Camarões, Chade e Níger dependem do Lago Chade para a sua subsistência, prática da agricultura, pastorícia e pesca. No entanto, a redução do

³⁵ Relatório Global sobre Deslocamento Interno

³⁶ Ibid

caudal da Bacia do Lago Chade em mais de 90%, devido ao aumento da temperatura e das mudanças climáticas, expôs a população à insegurança alimentar, que, por sua vez, deixou a população exposta à insurgência do Boko Haram. Esta situação contribuiu para o surgimento de novos deslocamentos a nível da região.³⁷ A crise foi ainda agravada pela insegurança alimentar causada pelo conflito. Os perigos de proteger os deslocados são agravados pela deterioração da situação de segurança bem como pela fragilidade socio-económica.

Mali

45. O Mali continua a enfrentar uma situação de segurança volátil caracterizada por ataques Djihadista intensos, particularmente nas regiões norte e centro do país. Aliás, o país depara-se com ameaças crescentes de terrorismo, criminalidade perpetrada por grupos armados e tensões intercomunitárias. Em 31 de Dezembro de 2017, havia 526.505 pessoas vivendo em situações precárias devido ao terrorismo. Em Março de 2018, havia cerca de 136.422 refugiados provenientes do Mali em outros países, principalmente na Mauritânia, Níger e no Burkina Faso.³⁸ Estima-se em 63.107 o número de refugiados que regressaram ao país. Igualmente, cerca de 38.172 deslocados internos igualmente regressaram ao país.³⁹

46. A população deslocada e afectada é desprovida de protecção devido acesso limitado a serviços públicos, documentação, abrigo, água, educação e segurança alimentar. A assistência humanitária é muitas vezes bloqueada ou retardada devido à situação de segurança nas regiões central e do norte do Mali. A Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas em Mali (MINUSMA) sofreu ataques directos perpetrados por grupos terroristas.

47. Apesar dos desafios consideráveis, a implementação do Acordo de Paz e Reconciliação que visa o re-estabelecimento da paz e da segurança na região regista progressos, embora lentos. O Conselho de Segurança das Nações Unidas instou recentemente as partes interessadas do Mali a implementarem o acordo de 2015 e ameaçaram punir os autores do incumprimento do processo de paz. O Governo do Mali assinou um novo roteiro para acelerar a implementação do acordo de paz de Argel de 2015 com a plataforma que reúne os grupos armados pró-governo e a antiga rebelião da Coordenação dos Movimentos do Azawad (CMA). Este documento visa igualmente criar um clima favorável à reconciliação, regresso de refugiados e deslocados internos, bem como à organização de eleições livres e inclusivas em todo o território.

Sierra Leone

48. A Sierra Leone enfrenta situação de insegurança alimentar devido a cheias, surtos de doenças, e secas. Esses flagelos continuam a colocar desafios à subsistência dos mais vulneráveis. A ocorrência de inundações e deslizamentos de

³⁷ <http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/UNHCR%20Operational%20Update%20-%20January%202018.pdf>

³⁸ De acordo com as autoridades malianas

³⁹ Relatório Global sobre Deslocamento Interno, maio de 2018, p. 96

terra significativos em 2017 causou o deslocamento de 12 mil pessoas.⁴⁰ Mais de 3.000 pessoas perderam as suas casas,⁴¹ No dia 16 de Janeiro de 2018, o Governo recebeu 52 casas disponibilizadas por empresas de construção locais em forma de uma contribuição para as vítimas dos deslizamentos de terra e das inundações repentinas do dia 14 de Agosto de 2017.⁴²

REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL

Zâmbia

49. No final de Fevereiro, o ACNUR informou que a Zâmbia acolhe mais de 72.151 pessoas.⁴³ O país conheceu o seu maior influxo de refugiados congolezes nos últimos cinco anos.⁴⁴ Até Março de 2018, existiam na Zâmbia 44.383 congolezes registados, residentes num dos três campos de refugiados.⁴⁵ Este número pode aumentar devido ao prolongado impasse político que se vive na RDC que aumentou os focos de instabilidade noutras partes da região. Os refugiados congolezes beneficiaram de protecção internacional na Zâmbia durante décadas, no entanto, a recente instabilidade política deu origem à uma crise humanitária. Felizmente, o governo da Zâmbia realizou progressos consideráveis no que tange à concessão do estatuto *prima facie* aos refugiados que fugiam do conflito nas províncias de Katanga e Tanganyika, na RDC.

ACONTECIMENTOS GLOBAIS

50. Os Estados-membros da União Africana estão plenamente envolvidos em consultas e negociações em curso sobre os dois projectos de Pacto Global sobre refugiados e migrantes. Todos os 193 Estados-membros, incluindo os africanos, concordaram com a Declaração de Nova Iorque para os Refugiados e Migrantes de 2016. A posição africana em relação aos elementos do Pacto Global sobre a Migração (GCM) está reflectida na sua posição comum sobre o GCM e o Quadro de Migração da União Africana Revisto. Além disso, vários países africanos estão a implementar, em fase piloto, o Quadro Abrangente de Resposta a Refugiados, contido no Anexo 1 da Declaração de Nova Iorque. Em Novembro de 2017, a Comissão da União Africana reuniu representantes dos Estados-membros da União Africana para deliberar sobre a implementação do CRRF e identificou as prioridades africanas que devem ser reflectidas no GCR. As lições aprendidas coma implementação em fase piloto da CRRF e os resultados do Simpósio Humanitário de 2017 contribuirão para o desenvolvimento do GCR

⁴⁰ <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Sierra%20Leone%20Gender%20Alert%20-%20Aug.pdf>.

⁴¹ <https://reliefweb.int/report/sierra-leone/sierra-leone-mudslide-report-6-months>

⁴² <http://www.unhcr.org/afr/zambia.html?query=zambia>

⁴³ <http://www.unhcr.org/news/briefing/2017/10/59d34a2e4/drc-violence-drives-3300-congolese-zambia-month.html>

⁴⁴ <http://www.unhcr.org/afr/zambia.html?query=zambia>;
<https://data2.unhcr.org/en/documents/download/62409>

ACÇÕES LEVADAS A CABO PELA UNIÃO AFRICANA NO CONTEXTO DE CRISES HUMANITÁRIAS

51. A CUA continua a prestar apoio técnico indispensável aos Estados-membros no reforço da sua capacidade de desenvolver políticas adequadas em matéria de ajuda humanitária em situações de conflito e calamidades naturais. A Comissão apoia o trabalho do Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos, na realização de missões para países que enfrentam crises humanitárias de efeitos adversos. Através do Grupo de Trabalho Conjunto sobre a Líbia, a Comissão também está a fornecer apoio estratégico e operacional para facilitar o regresso voluntário de refugiados e migrantes abandonados e mais vulneráveis.

52. Com a finalidade de apoiar a ratificação e implementação da Convenção da União Africana para a Protecção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África, a Comissão publicou e iniciou a disseminação da Lei Modelo da Convenção em todas as línguas da União Africana. A publicação atempada da Lei Modelo tem por objectivo marcar o 20º aniversário dos Princípios Orientadores, as normas internacionais aceites usadas para desenvolver legislações, políticas e programas nacionais para abordar os desafios do deslocamento interno em África.

53. Com vista à consecução da Agenda 2063 e a implementação de várias decisões tomadas pela Conferência e pelo Conselho Executivo, a Comissão tomou medidas concretas para a operacionalização da Agência Humanitária da União Africana. Neste contexto, a Comissão já identificou um consultor para realizar um estudo de viabilidade. Iguamente, a Comissão irá realizar consultas com os Estados-membros e parceiros sobre as modalidades de criação da agência. A Comissão informou ao Conselho de Paz e Segurança da UA sobre as medidas tomadas a este respeito. Espera-se que a agência se inspire nas estruturas e mecanismos existentes nos Estados-membros e nas Comunidades Económicas Regionais e tenha em conta as vantagens comparativas no sistema das Nações Unidas, tomando em consideração os princípios da subsidiariedade e da complementaridade.

54. De acordo com a decisão da Conferência, o ano de 2019 foi declarado o ano de “Refugiados, repatriados, deslocados internos rumo à soluções duradouras”. Ademais, o ano marcará igualmente o 50º aniversário da adopção da Convenção da OUA de 1969, bem como o 10.º aniversário da adopção da Convenção de Kampala de 2009. Ambos constituem uma oportunidade estratégica para um re-compromisso com os valores, princípios e padrões do quadro jurídico africano de protecção. A Comissão está actualmente a criar uma equipa dentro do Departamento de Assuntos Políticos, que terá a tarefa de implementar uma série de actividades de comemoração em colaboração com os Estados-membros e com os parceiros relevantes.

RECOMENDAÇÕES

55. À luz do acima exposto, a CUA formula as seguintes recomendações:

- a) Não existem soluções humanitárias para crises motivadas por questões políticas. Exorta-se os Estados-membros a tomarem medidas concretas com vista a combater as causas profundas das crises humanitárias, expandindo o espaço democrático, o desenvolvimento inclusivo e a boa governação, desenvolvendo mecanismos de preparação, prevenção e resposta a calamidades naturais. Tais mecanismos incluirão o desenvolvimento sistemas de alerta precoce e de resolução de conflitos, como através da implementação dos compromissos tal como consagrados tanto nos instrumentos de direitos humanos da União Africana como noutros tratados internacionais
- b) De modo a permitir que a União Africana cumpra as suas responsabilidades humanitárias, insta-se os Estados-membros a implementarem gradualmente a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.709(XXI) que exorta o aumento gradual da contribuição do orçamento Administrativo da UA para o financiamento humanitário de 2% a 4%.
- c) Os Estados-membros e a UA devem continuar a defender e apelar a **solidariedade internacional para os países que enfrentam uma crise humanitária significativa**. Isto deve reflectir-se no apoio financeiro concreto de doadores e parceiros internacionais em apoio aos Estados-membros da UA que se deparam com um grande número de pessoas deslocadas
- d) Como um componente da responsabilidade global e da partilha do ónus e com vista a implementação do plano de repatriamento e evacuação para apoiar os migrantes africanos e refugiados vulneráveis na Líbia, que estão sujeitos a graves violações e abusos, todos os membros do Grupo de Trabalho Trilateral UA-UE-ONU devem continuar a apelar à **implementação célere dos compromissos assumidos para encontrar “vias de países terceiros”, inclusive através do reassentamento**.
- e) Insta-se os Estados-membros **que não assinaram e ratificaram os principais instrumentos da União Africana, em particular a Convenção de Kampala de 2009 e o Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas, direito de residência e estabelecimento** a fazerem-no com vista a assegurarem a sua entrada em vigor, incorporação no quadro jurídico nacional bem como a sua implementação.

**PROJETO DE
DECISÃO SOBRE A SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM ÁFRICA
Doc. EX.CL/1082(XXXIII)**

O Conselho Executivo,

1. **REGISTA, COM PREOCUPAÇÃO,** as complexidades da situação humanitária no continente instigada por conflitos, instabilidade política e calamidades naturais, incluindo questões relacionadas com as alterações climáticas;
2. **DESTACA** a importância de soluções políticas, económicas e sociais para os desafios humanitários no continente e **EXORTA** os Estados-membros a intensificarem os seus esforços na implementação de medidas concretas com vista à abordar as causas profundas das crises humanitárias;
3. **ENCORAJA** os Estados-membros a reforçarem o investimento sustentável na criação de capacidades para a prevenção, preparação, resposta e recuperação de situações causadas por calamidades naturais, conflitos, bem como pelo Homem;
4. **RECORDA** aos Estados-membros que devem implementar as prioridades e compromissos previstos na Posição Comum Africana sobre a Eficácia da Ajuda Humanitária com vista a fortalecer a acção humanitária, a nível nacional, regional e continental, em estreita cooperação com os actores humanitários internacionais;
5. **SAÚDA**
 - (i) Os esforços dos Estados-membros e dos parceiros humanitários da UA, que apoiaram e facilitaram o regresso seguro, voluntário e digno dos refugiados vulneráveis e dos migrantes africanos retidos na Líbia e saúda igualmente os esforços envidados pela Líbia para abordar esta questão, em cooperação com a comunidade internacional;
 - (ii) Os Estados-membros que continuam a acolher refugiados e a partilhar o seu ónus no espírito de humanidade e solidariedade;
6. **REITERA o APELO** aos Estados-membros para que realizem uma Sessão Extraordinária da Conferência de Chefes de Estado e de Governo no próximo ano para deliberar sobre as causas e procurar soluções para o deslocamento forçado, migrantes e situações prolongadas de refugiados no continente;
7. **INSTA** os Estados-membros a implementarem a Decisão EX.CL/Dec.709 (XXI) do Conselho Executivo, que exorta o aumento gradual da contribuição do

Orçamento Administrativo da UA para o Fundo Humanitário de 2 para 4 por cento;

8. **INCENTIVA AINDA** a aprovação e implementação de políticas de integração de migrantes;
9. **REAFIRMA** as decisões sobre a adoção e implementação dos principais instrumentos humanitários da UA, incluindo a Convenção da União Africana sobre a Protecção e Assistência à Pessoas Deslocadas Internamente em África e insta os Estados-membros que ainda não assinaram, ratificaram e implementaram a Convenção para o fazerem e encoraja a participação em negociações sobre instrumentos internacionais relacionados com migrantes e refugiados;
10. **REITERA**, no mesmo espírito, a importância de uma posição comum africana sobre o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular, que deverá ser adoptada na Conferência Intergovernamental que terá lugar em Marraquexe, Marrocos, nos dias 10 e 11 de Dezembro de 2018, de modo a assegurar que a mesma seja devidamente tomada em consideração;
11. **SUBLINHA** a importância de estudos, pesquisa, recolha de dados e intercâmbio de informações no domínio da migração e de refugiados para uma acção humanitária africana eficaz e coerente aos níveis nacional, regional e continental;
12. **MANIFESTA A SUA PROFUNDA PREOCUPAÇÃO** em relação ao surto da Doença por Vírus Ébola (EVD) registado recentemente e **EXORTA** os Estados-membros a prestarem apoio necessário à República Democrática do Congo para responder eficazmente e prevenir futuros incidentes de EVD.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2018-06-29

Report on Humanitarian Situation in Africa

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/8861>

Downloaded from African Union Common Repository